



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Av^a de França, 549 – 4050-279 PORTO

Tel: 22 834 95 70 Fax: 22 832 54 94

CIRCULAR Nº 07 – 2015/2016

Para conhecimento das Associações, Clubes seus filiados, Rádio, Televisão, Imprensa e demais interessados a Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol, informa:

REGIME DE POLICIAMENTO DE ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS

(Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17 de Abril)

Na sequência da publicação da Circular Federativa n.º 06 – 2015/2016 respeitante aos Termos da Organização dos Jogos para a época 2015/2016, vem por este meio a Federação Portuguesa de Voleibol relembrar as normas em vigor referentes ao regime de policiamento de espectáculos desportivos, cumprindo assim esclarecer todos os agentes desportivos do seguinte:

A) – Aquando da entrada em vigor do novo regime jurídico de policiamento de espectáculos desportivos, no dia **9 de Novembro de 2012**, **procedeu oportunamente a Federação Portuguesa de Voleibol à adopção das medidas e informações adequadas, quer na sequência da Reunião de Direcção de 18/10/2012 e da Circular federativa n.º 11 – 2012/2013, quer em função de imperativos legais, designadamente os resultantes, desde então, das alterações ao Decreto-lei n.º 216/2012, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17 de Abril.**

Na sequência do acima exposto, foram os anteriores artigos 37.º do Regulamento de Provas e 40.º, n.º 2, do Regulamento de Disciplina, revogados/alterados, passando os mesmos a ter as seguintes redacções e/ou actual numeração:

Artigo 37.º do Regulamento de Provas - POLICIAMENTO

- 1 - Em matéria de policiamento rege a lei geral aprovada para o efeito.*
- 2 - Sem prejuízo do número anterior, a requisição policial é igualmente obrigatória relativamente aos jogos que venham a ter lugar em recintos desportivos declarados interditos, a partir do momento da interdição e até ao final da época desportiva.*
- 3 - A falta de policiamento nos casos em que o mesmo seja obrigatório, acarretará as consequências estatuídas no n.º 2, do artigo 39.º, do Regulamento de Disciplina.*

[Alterado em Reunião de Direcção de 18.10.2012]

[Alterado em Reunião de Direcção de 07.07.2015]

Artigo 39.º do Regulamento de Disciplina - ALTERAÇÕES DA ORDEM

- 1 - Os Clubes visitados são obrigados a tomar todas as providências necessárias para evitar alterações da ordem, antes, durante e depois dos jogos.*
- 2 - Sempre que os jogos não sejam iniciados por falta de policiamento nos casos em que o mesmo é obrigatório, ao Clube faltoso será aplicada falta de comparência e/ou multa até 5.000,00 euros, revertendo parte da multa para o clube visitante no intuito de o ressarcir dos prejuízos causados pela não realização do jogo.*

[Alterado em Reunião de Direcção de 18.10.2012]

B) – Em termos gerais e atendendo às alterações produzidas pelos referidos Diplomas Legais, a requisição de policiamento de espectáculos desportivos realizados em recinto desportivo (caso do Voleibol), **passou então a não ser obrigatória, salvo** nos casos seguintes:

- a) Espectáculos desportivos integrados em competições desportivas de natureza profissional, como tal reconhecidos nos termos da lei;
- b) Realização de espectáculos desportivos em recintos à porta fechada – nos termos do disposto na alínea I), do n.º 3, da Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, “Realização de espectáculos desportivos à porta fechada” compreendem “a obrigação de o promotor do espectáculo desportivo realizar no recinto desportivo que lhe estiver afecto espectáculos desportivos oficiais na modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as faltas tenham ocorrido, sem a presença de público”);
- c) Realização de espectáculos desportivos na via pública;
- d) Outros casos expressamente previstos na lei. Com especial referência, de entre outros, os **espectáculos desportivos com natureza nacional considerados de risco elevado**, designadamente aqueles e no que ao caso específico do Voleibol respeita:
 - 1) Que forem definidos como tal pelo CESD, ouvida a força de segurança territorialmente competente e a respectiva federação desportiva (...) – o mesmo será dizer, até à presente data e em função de comunicação do Conselho Nacional do Desporto:
 - i) **Meias Finais e Final da Taça de Portugal Masculina e Feminina;**
 - ii) **Play-Offs Finais da 1.ª Divisão Masculina e Feminina para atribuição do título de campeão nacional.**
 - 2) **Em que esteja em causa o apuramento numa competição por eliminatórias nas duas eliminatórias antecedentes da final;**
 - 3) **Em que o número de espectadores previstos perfaça 80 % da lotação do recinto desportivo;**
 - 4) **Em que o número provável de adeptos da equipa visitante perfaça 20 % do número de espectadores previsto;**
 - 5) **Em que os adeptos dos clubes intervenientes hajam ocasionado incidentes graves em jogos anteriores;**
 - 6) **Em que os espectáculos desportivos sejam decisivos para ambas as equipas na conquista de um troféu, acesso a provas internacionais ou mudança de escalão divisionário.**

C) Acentua-se, igualmente, o carácter voluntário (ou seja, não obrigatório), em regra, da requisição policial para espectáculos desportivos realizados em recinto e relativos a competições de escalões de juvenis e inferiores, sem prejuízo do policiamento poder ser requerido de forma justificada.

D) Em caso de dúvida sobre a obrigatoriedade de policiamento para determinado espectáculo desportivo, deverão sempre os diversos intervenientes contactar, previamente, a Federação Portuguesa de Voleibol.

E) Conclui-se, alertando, igualmente, para o facto de a Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, continuar em vigor, assim como o respectivo Regulamento de Prevenção e Punição de Manifestações de Violência no Voleibol, pelo que a regra geral de não obrigatoriedade de requisição de policiamento fora dos casos acima explanados, jamais afasta os deveres que continuam a impender sobre os clubes visitados, designadamente a **obrigatoriedade destes tomarem todas as providências necessárias para evitar alterações da ordem, antes, durante e depois dos jogos** – vide artigo 39.º, n.º 1, do Regulamento de Disciplina -, assim se evitando as sempre indesejadas consequências disciplinares e, eventualmente, civis e criminais.

BOAS FESTAS



Porto e Secretaria da Federação Portuguesa de Voleibol. 04.dezembro.2015

A DIRECÇÃO